

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

Organização:

Alexandre Simões Pilati
Cynthia Bisinoto
Leila D'Arc de Souza
Natalia de Souza Duarte

EDITORA



UnB



Universidade de Brasília

Reitora
Vice-Reitor

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Izabela Costa Brochado
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Verônica Moreira Amado

EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

A iniciativa EPDS
na Universidade de
Brasília (2017-2018)

Volume 2: Mediações

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Diagramação

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Wladimir de Andrade Oliveira

© 2019 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte
desta publicação poderá ser armazenada ou
reproduzida por qualquer meio sem a autorização
por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

E24 Educação, pobreza e desigualdade social : a iniciativa EPDS na
 Universidade de Brasília (2017-2018) [recurso eletrônico] /
 organização: Alexandre Simões Pilati ... [et al.]. – Brasília :
 Editora Universidade de Brasília, 2020.
 2 v.

Formato PDF.
v. 1. Reflexões – v. 2. Mediações.
ISBN 978-65-5846-048-0 (v. 1)
ISBN 978-65-5846-049-7 (v. 2)

1. Educação. 2. Desigualdade social. 3. Pobreza. 4.
Universidade. I. Pilati, Alexandre Simões (org.).

CDU 37.014

SUMÁRIO

PREFÁCIO

9

**DOS AFETOS DA
INICIATIVA EPDS**

Natalia de Souza Duarte

APRESENTAÇÃO

*Silvia Cristina Yannoulas
Camila Potyara Pereira*

17

CAPÍTULO 1

24

**A PERCEPÇÃO
DOS DOCENTES E
DAS ESTUDANTES
BENEFICIÁRIAS
DO PBF ACERCA
DOS FENÔMENOS
DA POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL
NO IFG/ÁGUAS LINDAS:
RELAÇÃO TEORIA E
PRÁTICA NO ÂMBITO DO
CURSO EPDS/UNB**

*Flávia de Souza Brito
Rafael de Melo Monteiro
Rafaela Nunes Marques*

CAPÍTULO 2

**ESCRITA CRIATIVA À
MODA FRIDA 52**

*Inês Vargas Marques
Leila D'Arc de Souza*

CAPÍTULO 3

**79 (SOCIO)EDUCAÇÃO,
POBREZA E
DESIGUALDADE
SOCIAL**

*Mauro Gleisson de Castro
Evangelista*

CAPÍTULO 4

**JUVENTUDE E POBREZA:
CONSCIÊNCIA CRÍTICA
SOBRE OS MITOS E A
REALIDADE DO PBF 112**

*Suzana Medeiros de Souza Aguiar
Luciana Campos de Oliveira Dias*

CAPÍTULO 5

**133 CORRELAÇÕES
ENTRE CIDADANIA,
POBREZA, EDUCAÇÃO
E PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA**

*Andreia Pereira de Souza Gonçalves
Fábia Carvalho de Oliveira
Samir Almeida Santos*



155

CAPÍTULO 6

**UM OLHAR SOBRE AS
DESIGUALDADES SOCIAIS:
INTERVENÇÃO JUNTO
ÀS JUVENTUDES DE
PERIFERIA DO DISTRITO
FEDERAL**

Mariana Ribeiro Gomes Camargos

CAPÍTULO 7

**A POBREZA E SUAS
IMPLICAÇÕES NO
DESLOCAMENTO
INTERURBANO DIÁRIO
DE ESCOLARES**

*Anette Lobato Maia
Maria Célia Orlato Selem*

173

CAPÍTULO 8

197 IDENTIDADE PERIFÉRICA

*Fátima Correia Lopes
Fábio William da Silva Pereira*

CAPÍTULO 9

**O IMPACTO DA
POBREZA NA
PRECARIZAÇÃO DO
TRABALHO DOCENTE**

Rafael Ayan

224

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO 249

CAPÍTULO 10

**PARTICIPAÇÃO DA
CRIANÇA BENEFICIÁRIA
DO PROGRAMA BOLSA
FAMÍLIA NAS ATIVIDADES
ESCOLARES: UMA ANÁLISE
PARA ALÉM DA SALA E DA
AULA**

255

Danielle Atta

CAPÍTULO 11

284 **DESENVOLVIMENTO
HUMANO, POBREZA
E DESIGUALDADE
SOCIAL NA INFÂNCIA
E ADOLESCÊNCIA**

Izete Santos do Nascimento

CAPÍTULO 8

IDENTIDADE PERIFÉRICA

Fátima Correia Lopes ¹

Fábio William da Silva Pereira ²

“Educação e pobreza” foi o mote e o princípio para fazermos essa pesquisa. Realizamos aqui indagações sobre qual a real relação entre esses dois temas e sobre como a academia pode explorá-los. Falar sobre desigualdades e sobre resistências não basta, temos que vivenciá-la para realmente entender e para com sinceridade lutar por melhorias. Nossa inquietação começa ao reconhecermos a nossas potencialidades e capacidade de produção de estratégias de base comunitária.

O Observatório da Criança e do Adolescente (OCA) ³e o Coletivo da Cidade ⁴têm como foco a formação de crianças e adolescentes para o exercício da cidadania. Visa também o entendimento dos Direitos Humanos, com ênfase nos direitos da infância e da juventude, a educação e o direito à cidade, bem como a compreensão e a atuação em questões importantes como o orçamento público

¹ Graduada em Pedagogia pela Faculdade ICESP/DF (2016), Pós-Graduação em Psicopedagogia Educaps e Coordenadora Pedagógica na ONG Coletivo da Cidade.

² Graduando em Geografia pela Universidade de Brasília e Articulador Comunitário na ONG Coletivo da Cidade.

³ O Observatório da Criança e do Adolescente (OCA) é o projeto foi contemplado pelo Edital da União Europeia entre os anos de 2015 a dezembro de 2017. Site : <https://projetooca.wordpress.com/> Acesso em: 11 out. 2018.

⁴ Coletivo da Cidade (ONG), fundada em 2011, se mantém com recurso do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA/DF). Site: <http://www.coletivodacidade.org/oca/> Acesso em: 29 set. 2018.

destinado ao território onde vivem. Além disso, incentivam mais participação na concepção e no acompanhamento das políticas públicas e um maior entendimento sobre a comunidade, o que possibilita uma atuação qualificada nos processos de controle social e transformação que dizem respeito a esta comunidade.

O Coletivo da Cidade é uma organização localizada na Cidade Estrutural (DF), que atua prioritariamente com o serviço de centro de convivência e fortalecimento de vínculos, o acompanhamento psicossocial, com o propósito de promover o desenvolvimento integral de 200 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos no contraturno escolar, oferecendo alternativas artísticas e educativas como meio de transformação social. Pensada e construída a partir do fortalecimento de vínculos no território em que atua, a organização também se caracteriza como um importante espaço de convivência comunitária e de capacitação profissional para os moradores da cidade, articulando-se em rede com outros grupos e instituições parceiras.

Reconhecendo o potencial e a força dos e das adolescentes do Coletivo da Cidade na Estrutural, valorizando o engajamento e mobilização que já vinham sendo feitos através do projeto OCA, iniciamos um trabalho de pesquisa durante os meses de setembro a novembro de 2017. Esta pesquisa foi apresentada como trabalho final do curso de aperfeiçoamento EPDS, que teve como produto e resultados boletins, saraus, um curta metragem e a produção conjunta do questionário que buscou levantar um perfil dos/as moradores/as da cidade sob a perspectiva de uma identidade periférica.

A apropriação e o entendimento do território conhecido como periferia, a percepção de sujeito periférico é um caminho de ação política, permeia a tomada de consciência, na qual ele se percebe em um espaço denominado periferia, valoriza o seu território e, como consequência, age politicamente, de modo coletivo, para a transformação da realidade que o cerca. Corroborando com essas ideias, Dandrea (2013) afirma que:

[...] sujeito periférico é o morador da periferia com uma ação prática baseada em uma subjetividade. Os elementos que conformam essa subjetividade são: o reconhecimento de ser morador da periferia; o orgulho de ser portador dessa condição; o pertencimento a uma coletividade que compartilha códigos, normas e formas de ver o mundo; o senso crítico com relação à forma como a sociedade está estruturado; a ação coletiva para a superação das atuais condições. (D'ANDREA, 2013, p. 275-276)

A pesquisa foi desenvolvida pela “Agência Voz da Quebrada”, que é a efetivação e materialização do Observatório da Criança e do Adolescente na cidade, uma agência que trabalha a educomunicação como ferramenta de emancipação e de incidência no território. O foco da pesquisa foi o olhar dos/as estudantes e da comunidade sobre o que é a identidade periférica, como ela é construída e como eles e elas se percebem dentro desse contexto.

A Agência está localizada em um contêiner dentro do espaço do Coletivo da Cidade, é equipada com 20 computadores, 10 tabletes e 10 máquinas fotográficas, sendo os últimos dois, equipamentos que subsidiam o processo de exploração e de registro das saídas de campo no território.

Imagem 1: Agência Voz da Quebrada



Autor: Diego Mendonça, 2017.

Imagem 2: Espaço interno da Voz da Quebrada

Autor: Diego Mendonça, 2017.

A partir dos resultados da aplicação do questionário, foi possível refletir criticamente sobre a realidade e as adversidades da região, e, assim, pensar propostas de intervenção e mudanças futuras. Perceberam-se possíveis incidências junto ao governo e a construção de um imaginário coletivo de unidade ou identidade periférica da comunidade da cidade Estrutural.

A partir das respostas, foram elaborados saraus que retratavam a realidade da Cidade e traziam de forma artística e cultural as questões que foram abordadas. Apareceram nas respostas as rodas de conversa realizadas junto aos adolescentes e à comunidade para a reflexão e a construção coletiva de conceitos, músicas e poesias sobre a diversidade presente no território. A partir desse processo chegou-se a evidências que apontavam para a necessidade de desconstruir preconceitos e estereótipos sobre a cidade e as pessoas que ali vivem. Surgiu ainda a necessidade de construir formas alternativas de reconhecimento, fortalecimento e valorização da Cidade, que só seriam possíveis com a participação da comunidade, com maior acesso às políticas públicas e com reconhecimento das estratégias ali encontradas.

Imagem 3: Sarau no Coletivo da Cidade

Fonte: foto Agência Voz da Quebrada

História da Estrutural

Fazendo paralelo com o tema principal deste artigo, que é a relação entre educação e pobreza, podemos dizer que Brasília registra um dos maiores índices de desigualdade econômica e social do Brasil segundo o Mapa das Desigualdades DF (2016), documento desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), Movimento Nossa Brasília e pela ONG Oxfam Brasil.

O Mapa das desigualdades compara as regiões administrativas da Estrutural, São Sebastião, Samambaia e Plano Piloto, a partir de um medidor inédito, o “desigualtômetro”, que, a partir do orçamento público, mede e compara as políticas públicas e sociais que compõe um mapa. Este medido mostra as diferenças significativas no acesso a determinados bens e serviços entre os moradores da região central e das áreas periféricas no Distrito Federal. Um dos indicadores do “desigualtômetro” que chamou a atenção dos pesquisadores foi a taxa de escolaridade da população de cada região. Enquanto no Plano Piloto somente 0,4% da população é analfabeta, na Estrutural, esse índice é de 5,8%.

Na área de saúde, o mapa aponta que o “desigualtômetro” do Plano Piloto chega a ser 15 vezes superior à região da Estrutural, na região central, 84,4% dos moradores possuem plano de saúde enquanto na Estrutural, esse número é de 5,6%. Outra disparidade que chama a atenção é que 89% dos moradores da Estrutural não vão ao cinema. No Plano Piloto, ocorre exatamente o contrário: 71% dizem que têm esse como um de seus programas culturais.

Já o indicador de renda é o que apresenta maior disparidade. A renda per capita no Plano Piloto é de R\$ 5.569,46, enquanto na Estrutural é de R\$ 521,80, ou seja, dez vezes menor. Segundo o estudo, o indicador de renda também revela a desigualdade racial, quanto mais negra é a população menor é a renda, quanto maior a renda menos negra e a população. Segundo Silva a desigualdade social é um dos principais fatores para o não acesso ao desenvolvimento social satisfatório, sendo assim:

A ausência de políticas sociais de enfrentamento a pobreza tem contribuído para a permanência de milhares de famílias a margem da sociedade. As políticas públicas de caráter social deveriam ofertar um suporte efetivo, mobilizatório e articulado de forma mais integralizadoras para o desencadeamento da proteção social das famílias em extrema pobreza. (SILVA, 2011, p. 173)

Os números do mapa foram feitos com base no Censo 2010 do IBGE, na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) da Codeplan do DF e no Fundo de Apoio à Cultura (FAC), também do DF.

Dentro desse cenário de desigualdade, pouco tempo após a inauguração da Capital Federal, Brasília, cidade planejada e pensada para abrigar o centro do poder do país, surge a ocupação que viria a ser a cidade Estrutural, cidade que surge da necessidade de moradia e de sobrevivência de pessoas que não se viram contempladas nas Asas do Plano Piloto. Ao redor do que um dia foi o segundo maior aterro da América Latina (desativado em 20 de janeiro de 2018), a ocupação cresceu e resistiu com seus barracos e seu povo resiliente.

Em 1989, foi criado o Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – SCIA, próximo à ocupação da Vila Estrutural, nessa época previa-se a sua remoção para outro local. Várias tentativas foram realizadas neste sentido, muitas vezes de forma violenta por parte da Polícia Militar do DF, ocasionando situações como a que ficou conhecida como o “Massacre da Estrutural”, ação realizada durante a Operação Tornado, que aconteceu em agosto de 1998. Estas tentativas de remoção não tiveram sucesso. Em janeiro de 2014, se regulamenta e se instaura a região administrativa XXV pela Lei nº 3.315, que abrange o SCIA (Setor complementar de indústria e abastecimento) e tem a cidade Estrutural como sede urbana. Segundo a Codeplan (2015), a população urbana estimada dessa região em 2015 era de 39.015 habitantes.

Localizada a 15 km do Congresso Nacional, a Estrutural, de acordo com o Mapa das desigualdades, tem os piores indicadores de políticas públicas e sociais em relação ao Plano Piloto. Dentre as Regiões Administrativas do DF analisadas, a Estrutural não faz parte da comunidade pertencente de direitos e, conhecendo os desafios apresentados no território, podemos dizer que os seus moradores convivem com problemas socioculturais como o lixão de Brasília e baixos níveis de renda. Além disso, faltam também investimentos em saneamento básico, educação, saúde e segurança.

Analisando o território e os desafios e desigualdades ali presentes é derrubado o mito da “cultura da pobreza”, segundo a qual os pobres não melhoram suas condições de vida porque não querem. Sendo assim, Freire chama a atenção para o combate a opressão e desumanização dos mais pobres:

A desumanização, que não se verifica, apenas, nos que tem sua humanidade roubada, mas também, ainda que de forma diferente, nos que a roubam, é distorção da vocação do ser mais. É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como

‘seres para si’, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos. (FREIRE, 1987, p. 16)

Sobre as motivações para a pesquisa e escolha do tema

As periferias, assim como as pessoas periféricas, sofrem com preconceitos e uma visão estereotipada, reforçados pela mídia, pelas constantes notícias que insistem em evidenciar as mazelas sociais, as violências e a pobreza, o que acaba por construir um imaginário do que é essa tal identidade periférica. O preconceito contra a pobreza⁵ rotula o “ser periférico” como um ser aculturado, violento e ignorante, esquecendo que é nesse contexto que surgem as mais brilhantes formas de resistência, resiliência e força, e também que a periferia é um berço cultural que muitas vezes, sem nenhum recurso, faz coisas incríveis. Segundo Filho quanto a ideologia dominante e capitalista:

A ideologia dominante contribui para difusão de uma imagem negativa do sujeito sobre si mesmo e os outros. Ela constitui um determinado padrão de relacionamento social que se estabelece com base em estereótipos, elaborados dentro de um determinado processo comunicativo cuja base é objetiva – a dominação política e econômica de uma classe sobre a outra. (FILHO, 2009, p.37)

Dessa força e dessa resiliência, a Cidade Estrutural se construiu em uma constante luta pelo direito à moradia e pelo direito à cidade, seja resistindo às derrubadas dos barracos e ao massacre em 1998 seja se organizando para fazer uma pesquisa sobre identidade periférica. Harvey, assim define essa dinâmica:

⁵O preconceito com a pobreza, ou rechaço aos pobres foi recentemente denominado pela filósofa Adela Cortina pelo termo “Aporofobia” reconhecido pela academia espanhola de letras passando a integrar o dicionário da língua espanhola em 2016 quando foi eleito o termo do ano na Espanha.

O direito à cidade é muito mais do que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. Aliás, com frequência, não se trata de um direito individual uma vez que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é, eu quero argumentar, um dos mais preciosos e dos mais negligenciados dos nossos direitos humanos. (HARVEY, 2013, p. 28)

Além de tentar descobrir o que a comunidade entendia por identidade periférica, a pesquisa que fizemos com as crianças e adolescentes da cidade teve como objetivo o processo de construção e reconhecimento de uma nova identidade em que se reconheçam e que fuja desses estereótipos negativos e marginalização. Essa construção foi alimentada por uma forte construção coletiva e comunitária em que as pessoas envolvidas nesta realidade trazem o desafio todos os dias de desconstruir os conceitos negativos e percebam-se como cidadãos de direitos.

Nesse contexto, foram trabalhados e problematizados com as crianças e adolescentes participantes temas como o direito à infância, a importância do brincar, o direito à cidade, entre outros.

Metodologia

Na pesquisa em questão, o grupo optou por uma linha metodológica centrada na construção coletiva e no planejamento guiado pelos princípios e propostas da pesquisa participante ou pesquisa-ação também conhecida como etnografias, um termo da antropologia que defende o pesquisador como participante da realidade pesquisada, ou seja, no contexto do trabalho que elaboramos os pesquisadores que também incluem as e os adolescentes que são moradores da cidade.

Entendendo que a comunicação e o poder das mídias, utilizamos da Educação que permeou toda pesquisa, resgatou-se a proposta do Projeto

OCA, fornecendo subsídio para o protagonismo das crianças e adolescentes. A educomunicação consiste em um conjunto de ações destinados ampliar a capacidade de expressão de todas as pessoas num espaço educativo com uma melhor comunicação das ações educativas, desenvolve o espírito crítico dos usuários dos meios de comunicação.

Em termos conceituais, a Educomunicação propõe o planejamento e a implementação do que o teórico Ismar Soares chama de ecossistemas comunicativos abertos e criativos, que possibilitem a expressão e troca de ideias entre diferentes membros da comunidade. Basicamente, toda a iniciativa em educomunicação busca promover o diálogo, a solidariedade e se baseia no entendimento de que todos podem ensinar e ser ensinados. “E a comunicação aparece como principal engrenagem para o aprendizado de todos, já que sem ela não há compartilhamento nem construção coletiva dos saberes”. (Soares, 2000, p. 12).

Uma parte importante da metodologia escolhida foi a organização do trabalho em etapas, sendo assim possível chegar a um tema gerador que nortearia toda a pesquisa, a partir desta escolha os demais momentos puderam se estabelecer, como a fase de imersão e de diálogo entre os pesquisadores/as e a comunidade. Ao se estabelecer essa dinâmica, os dados coletados ganham uma maior qualidade, tanto pela sistematização e leitura dos apontamentos do que é prioridade para os/as moradores/as entrevistados, quanto pelo caráter etnográfico da pesquisa, em que os próprios entrevistadores são moradores da cidade.

Optamos por escolher o método de pesquisa participante, pois acreditamos que esse é um dos caminhos pedagógicos e metodológicos que valoriza o protagonismo dos adolescentes em seu processo de aprendizagem, fazendo de seus saberes a respeito de sua comunidade o material vivo a partir do qual as reflexões e ações acontecem. Todo processo se deu na concepção da educação popular ⁶defendida por Paulo Freire (1921-1997), que deve incluir todas as

⁶ A Educação Popular é um método de educação que valoriza os saberes prévios do povo e suas realidades culturais na construção de novos saberes.

pessoas envolvidas na elaboração do processo desde seu início até os resultados. Freire nos questiona:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma “intimidade “entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? (FREIRE, 2016, p. 32)

A jornada começou com a formação dos educadores envolvidos no processo. Aprendemos e refletimos juntos sobre o que é e como se faz pesquisa-ação, buscando referências em Paulo Freire e Carlos Rodrigues Brandão para compreender melhor esse caminho pedagógico e dialógico de se fazer pesquisa.

A partir desse aprofundamento entre os educadores, inserimos os adolescentes para construir coletivamente todos os processos seguintes. Foram realizadas diversas atividades com os educandos, trabalhando temáticas como: pertencimento, memória e identidade. Nos encontros, foi pedido para que eles fizessem suas próprias narrativas em pequenos cadernos, onde escreveriam a respeito de suas histórias de vida e de suas famílias.

Outros pontos importantes da metodologia de trabalho com os adolescentes foram as oficinas sensoriais, por meio das quais puderam trazer suas percepções subjetivas sobre como se sentem vivendo na cidade Estrutural e também as oficinas de direito à cidade, que trouxeram reflexões em torno de questões como: “Qual é a cidade que temos? Qual é a cidade que queremos? Que sonhos temos para a nossa cidade?”, entre outras. Todos esses questionamentos tinham por objetivo levar as crianças e adolescentes a se colocarem como sujeitos políticos de direitos, protagonistas de suas histórias. Nas palavras de Paulo Freire:

É o saber da história como possibilidade não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo. Como subjetividade curiosa, inteligente, interferidora na objetividade com que dialeticamente me relaciono, meu papel no mundo não é só o de quem constata o que ocorre, mas também o de quem intervém como sujeito de ocorrência. Não sou apenas objeto da história, da cultura, da política, constato não para me adaptar, mas para mudar (FREIRE, 2016, p. 74-75).

As questões que se desdobraram em torno desse tema foram diversas, portanto, organizamos esse pequeno mapa de Problematização, com o objetivo de referenciar a nossa prática com os adolescentes a partir dele.

Mapa de Problematização que construímos em torno do tema

As questões a seguir foram usadas para provocar o debate e construir o questionário de pesquisa final, foram: “O que entendemos por cidade?; O que nos define enquanto periferia?; O que entendemos por periferia?; Qual a responsabilidade do Estado na formação dessa identidade?; Qual a religião da periferia?; Como a periferia serve ao grande centro?; Identidade Periférica?; Quem estuda a periferia e para quê?; Quais periferias existem?; Como a sociedade enxerga as pessoas da periferia?; Por que a violência é constante na periferia?; Você acha que o meio de comunicação manipula a visão que devemos ter sobre nossa cidade?”

A partir dessas indagações, os temas e reflexões se apresentaram, sobre a relação entre a falta de investimento público em alguns territórios, como na Cidade Estrutural e presença de serviços públicos e serviços em áreas mais abastadas do Distrito Federal, Ribeiro e Cardoso (2003, p. 109) evidenciam que a política de investimentos urbanos no Brasil tem sido voltada para interesses do setor econômico. Em especial a especulação imobiliária que sinaliza uma agenda de contratação de obras públicas pelo Estado efetivamente tem atendido com maior prioridade aos interesses específicos das empreiteiras e de grandes projetos de desenvolvimento urbano, em detrimento das necessidades da população periférica.

A partir do tema central e da orientação proposta na problematização acima, os adolescentes organizaram grupos de reflexão e elaboraram juntos perguntas que gostariam de fazer para a comunidade. Surgiram mais de trinta perguntas e, a partir destas, foi organizado um questionário de múltipla escolha com 12 questões selecionadas.

Resultados

Conversamos com 178 pessoas passando por diferentes locais que consideramos importantes na Cidade Estrutural: Santa Luzia, Avenida Comercial Luiz Estevão, Feira da Estrutural, Centro de Ensino Fundamental 01 e quadras próximas ao Coletivo da Cidade. O resultado dessa imersão e desse contato com a comunidade para saber a opinião dos/as moradores/as em torno do tema “Adolescência e Identidade Periférica” trouxeram como resultado alguns apontamentos importantes registrados a seguir:

Imagem 4: Pesquisa



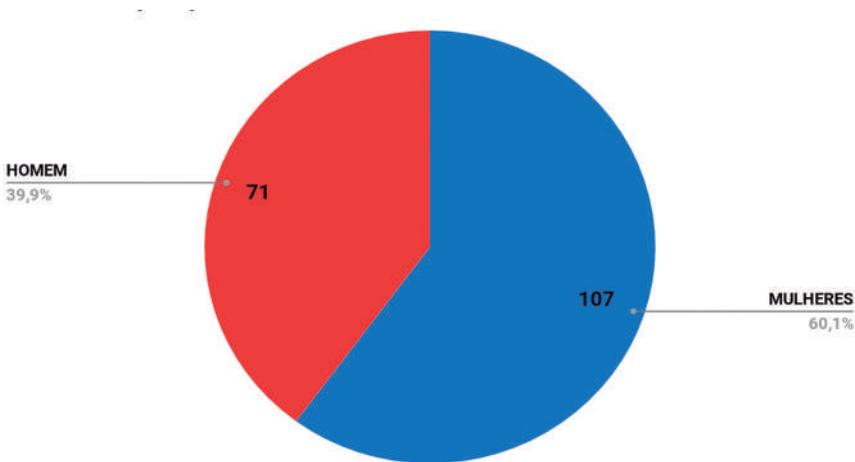
Foto: novembro de 2017, Agência Voz da Quebrada.

Perfil geral dos/as moradores e moradoras com quem conversamos

Das 178 pessoas com as quais conversamos, a maioria era composta por mulheres. A Cidade Estrutural é uma cidade feminina; constatamos que a maioria das casas tem a mulher como provedora do lar, mães solteiras que cuidam das suas famílias trabalhando como empregadas domésticas, babás, catadoras, entre outras funções, principalmente no mercado informal.

A seguir apresentaremos a tabulação das respostas obtidas e faremos uma comparação com os dados da PDAD 2015.

Gráfico 1: Gênero na pesquisa Identidade Periférica



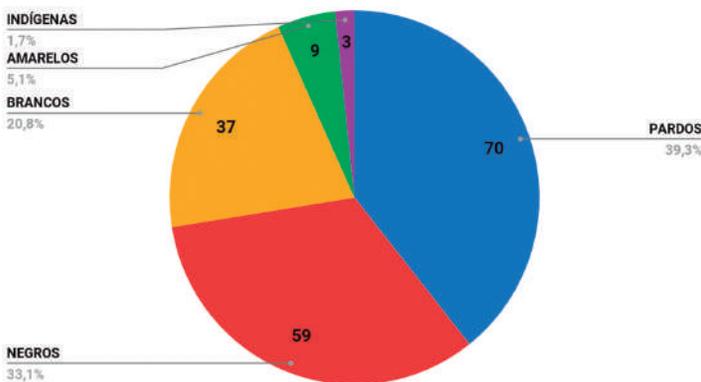
Segundo os dados da PDAD 2015, a população urbana estimada do SCIA-Estrutural é de 39.015 habitantes. No ano de 2013, era de 35.094 que, ao comparar com a PDAD de 2015, tem-se uma Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual – TMGCA, no período, de 5,44%. A maioria da população é constituída por pessoas do sexo feminino. A pesquisa também evidenciou que a Cidade Estrutural tem o maior número de crianças e adolescentes comparada com outras cidades satélites de Brasília, são crianças, adolescentes, jovens e adultos no intervalo entre 10 e 20; 25 e 30; e 30 e 39 anos de idade.

A Cidade Estrutural é uma cidade que merece destaque por um expressivo número de crianças, adolescentes e jovens, do total de habitantes da RA do SCIA-Estrutural, mais de 43,11% estão na faixa etária de 25 a 59 anos. Os idosos, acima de 60 anos, são 5,11%. A população de zero a 14 anos totaliza 27,93% (Codeplan, PDAD 2015, p. 16).

Segundo os dados da PDAD 2015, o Distrito Federal possui mais de 700 mil crianças e adolescentes, cerca de 25% da população. Contudo, essa população não se distribui de forma homogênea no território. A Cidade Estrutural seguida do Itapoã, Fercal e Varjão são as regiões com maior número crianças e adolescentes por domicílios, as duas primeiras apresentam em média mais de dois indivíduos nesta faixa etária (de 0 até 18 anos). Em paralelo, as regiões mais centrais, com maior poder aquisitivo, como o Plano Piloto por exemplo, são as que possuem as menores proporções de população de crianças e adolescentes, com percentuais entre 12% a 16% em relação a população total.

Outra informação importante é que entre as pessoas entrevistadas, a maioria delas se declarou negra ou parda. A cidade Estrutural também é proporcionalmente à sua população a cidade mais negra do DF, segundo pesquisa da PDAD 2015, 62,17% da população da cidade se declaram pardas e 11,08% negras.

Gráfico 2: Raça/Cor na pesquisa identidade periférica



Os dados da pesquisa reafirmam uma realidade que se reproduz há mais de 500 anos num país que viveu quase 400 anos de escravidão. Ou seja, evidencia-se um racismo institucional que mostra que a mesma negritude, que foi responsável pela construção da riqueza do país, foi excluída do acesso a bens materiais e serviços e expulsa para as periferias. Segundo Garcia, a desigualdade remonta à colonização:

O destino não estava traçado e o caminho não era único, ainda que o passado tenha o seu peso no presente. O Brasil foi fundado sobre o signo da desigualdade, da injustiça, da exclusão: capitanias hereditárias, sesmarias, latifúndio, Lei de Terras de 1850 (proibia o acesso à terra por aqueles que não detinham grandes quantias de dinheiro), escravidão, genocídio de índios, importação subsidiada de trabalhadores europeus miseráveis, autoritarismo e ideologia antipopular e racista das elites nacionais. Nenhuma preocupação com a democracia social, econômica e política. Toda resistência ao reconhecimento de direitos individuais e coletivos. (GARCIA, 2003, p. 9).

Percepções, problemas, prioridades e desafios na opinião dos moradores e moradoras

Para a maioria das pessoas entrevistadas (57%) a Estrutural é sim uma cidade periférica e a maioria delas entende por periferia um lugar onde as condições de vida são precárias, com maior número de pessoas pobres e negras e, também, um lugar onde há união e solidariedade.

Quando perguntadas a respeito dos principais problemas da cidade, apontam a criminalidade como principal problema da cidade; em seguida apontam a falta de infraestrutura, em terceiro lugar aparece a insegurança, seguido da desigualdade social. A discriminação sofrida por parte da sociedade também é um problema que incomoda a população. A curiosidade para nós foi que o lixo e o racismo são os problemas que menos incomodam as pessoas entrevistadas.

Quando convidadas a avaliar os equipamentos públicos, serviços e algumas políticas sociais básicas da cidade, como: Vila Olímpica, o trabalho dos centros de assistência CRAS e CREAS, Conselho Tutelar, Infraestrutura como: asfalto, saneamento básico, iluminação, Transporte público, Restaurante Comunitário, Posto de Saúde, a maioria das pessoas entrevistadas os avalia de maneira positiva; como Bom ou Ótimo. Porém a infraestrutura da cidade e os postos de saúde são aqueles que apresentam os mais altos índices de menção péssima; em seguida, as condições de vida e o transporte público também receberam avaliações ruins.

Para as pessoas entrevistadas a prioridade no orçamento que é destinado à Estrutural deveria ser para a educação, em segundo lugar aparece moradia e em terceiro lugar a saúde.

Esse é um ponto que acreditamos merecer muita atenção. Nossa pesquisa mostrou que a prioridade da Cidade Estrutural é educação de qualidade. Segundo O Mapa das Desigualdades, publicado em 2016 pelo INESC, Movimento Nossa Brasília e OXFAM também demonstrou que 0,5% da população da cidade tem ensino superior completo, enquanto no Plano Piloto, 53,3% possuem ensino superior completo, apenas 12,4% têm ensino médio completo e 5,8% da população é analfabeta.

Muitos estudos mostram que o sucesso escolar de um filho está relacionado a escolarização dos pais, principalmente da mãe. As mães que têm mais escolaridades estão mais atentas, elas cobram mais do professor, diretor, elas ajudam no dever casa. Filhos de mães universitárias têm notas quase 20% acima da média. E quanto mais se avança na escola, mais evidente fica o impacto da escolaridade da mãe: na quarta série do Ensino Básico, as notas são 7% melhores, na oitava série, superam a média em 15 %, e aumentam 32% no terceiro ano do Ensino Médio.

E essa escolarização está relacionada com a posição social dos pais. Baseado nisso, a criança cujas famílias são pobres não têm um ambiente favorável de estudo. Essas crianças, muitas vezes, são obrigadas a deixar a escola para

trabalhar e ajudar no sustento da casa ou mesmo nos trabalhos domésticos ou ficar como responsáveis nos cuidados de irmãos menores, na falta de apoio dos pais nas realizações dos deveres de casa por ter escolaridade baixa ou, às vezes nenhuma escolaridade. Além disso, citem-se o espaço inadequado para realizar as tarefas escolares, a falta de alimentação saudável, o fato de se estudar longe de casa, de presenciar violência doméstica, o pouco acesso a materiais didáticos etc... Tudo isso são fatores que impossibilitam o sucesso escolar. Wilkinson destaca a importância do ambiente para a aprendizagem:

[...] aprendemos melhor em ambientes estimulantes, quando somos confiantes de ter sucesso, uma vez que, [...] quando nos sentimos felizes ou confiantes, nossos cérebros se beneficiam da liberação de dopamina, uma substância gratificante, que ajuda também a memória, a atenção e a solução de problemas. Ademais, a liberação de serotonina [...] melhora o ânimo, e de adrenalina, que nos ajuda a alcançar performances ótimas; por outro lado, [...] quando nos sentimos ameaçados, desamparados e estressados, nossos corpos são afetados pela liberação do hormônio cortisol, que inibe nossa capacidade de pensar e nossa memória” (WILKINSON, 2010, p. 115).

Porém é importante ressaltar que garantir a permanência da criança na escola não é o suficiente para ela sair da condição de pobreza. É importante uma educação de qualidade, acompanhamento dos estudos pelos responsáveis, apoio dos professores/as, e estudar próximo de casa. Sem essas condições as crianças de famílias pobres têm poucas chances de conseguir conhecimentos suficientes para alcançar mais chances profissionais na vida. O sociólogo e cientista político Jessé Souza salienta que, em sociedades com alto nível de desigualdade, o processo de transmissão de saber e de conhecimento superiores permanece restrito às elites:

Enquanto as crianças de famílias pobres recebem, na escola, uma educação limitada ao tipo de conhecimento básico exigido para sua futura vida profissional – são alfabetizadas, aprendem

habilidades técnicas rudimentares suficientes para desempenhar trabalhos não especializados ou com baixo nível de especialização –, as crianças de classe média e alta recebem na própria família (não na escola) o tipo de educação que as distinguirá de seus(suas) colegas mais pobres: é na família que são estimuladas a ler os livros pertencentes ao “cânone” – isto é, à lista de textos que se espera que sejam conhecidos pelas pessoas “bem-educadas” –, que se confrontam com obras de arte, que aprendem a apreciar arte e cultura, e a saber como comportar-se nas diferentes circunstâncias, mostrando que pertencem ao tipo “certo” de pessoas (SOUZA, 2009, 18 et seq. e 44 et seq.).

A última pesquisa da PDAD 2015, mostrou que segundo o levantamento populacional que aponta quase 40 mil habitantes, do total de crianças de 0 a 4 anos, 2.790 (88%) estão fora da escola e a Estrutural não conta com nenhuma creche pública e só tem uma Escola de educação infantil com capacidade para mil crianças.

A pesquisa mostra também que das crianças de 5 e 6 anos, 18% não frequentam a escola e das que tem entre 06 e 14 anos, (0,5%) estão fora da escola. De 07 a 17 anos, 418 crianças não estão estudando e na faixa etária de acima de 25 anos, somente 4% ainda frequentam a escola e 11.934 vivem na Cidade Estrutural e apenas 24% estudam em escolas dentro da cidade.

O Portal da Transparência do GDF demonstrou que nesse ano R\$ 4.954.587.246 foram destinados a despesas com educação no DF, resta saber quanto de recurso foi destinado e de fato e executado para a RA XXV- SCIA, que compreende a Cidade Estrutural, que continua sendo um território de contradições, no qual, apesar de a maior parte da população ser composta por crianças, adolescentes e jovens, a educação, direito básico garantido na Constituição, que tem a infância e adolescência por prioridade absoluta, continua sendo negligenciada cotidianamente.

É importante destacar também que, durante esse processo, estivemos conversando com diretores de duas escolas públicas na Cidade Estrutural: o CEF 01 e CEF 02. Ambos relataram também a dificuldade em efetivar o direito à educação de qualidade em um território de exclusão e negligência de direitos. Ressaltaram

também a importância de um projeto participativo de uma escola que de fato incluía e se oriente pelos desejos e organização da comunidade escolar que a compõe.

A maioria das pessoas com quem conversamos, incluindo um dos conselheiros tutelares da cidade, também avalia que os adolescentes da Cidade Estrutural vivem muito mais vulneráveis à criminalidade do que os adolescentes do Plano Piloto e que a maioria não tem apoio para construir projetos de vida e têm responsabilidades de adulto muito cedo. O conselheiro tutelar entrevistado também se mostra preocupado com a escassez de projetos e iniciativas de políticas públicas que se dediquem à adolescência, especialmente adolescentes negros e moradores de periferia. Assim como a maioria das pessoas com quem conversamos, o conselheiro também aponta que o que falta para a adolescência na Estrutural são escolas e educação de qualidade e mais pontos de lazer e cultura.

Sonhos da periferia para a cidade

Nesse artigo tratamos de uma pesquisa de percepção sobre o que é “Identidade periférica”. Até que fosse possível a construção desta pesquisa, abordamos temas específicos em nossos estudos, como o racismo, as desigualdades sociais, a falta de políticas públicas, temas estes que ajudaram a chegarmos num questionário mais qualitativo que quantitativo sobre essa percepção na cidade Estrutural, o questionamento que deixamos é, se dentre esses inúmeros estereótipos existe a possibilidade de sonhar? Se a comunidade da Estrutural pode imaginar uma cidade mais justa?

Quando perguntadas sobre como seria a Estrutural dos seus sonhos, as pessoas com quem conversamos responderam nessa ordem: que em primeiro lugar seria uma cidade onde se vive com união, alegria e dignidade (114 pessoas), em segundo que seria uma Estrutural com escolas e creches de qualidade dentro da cidade (93 pessoas) e em terceiro, com mais espaços de lazer e cultura para todos (67 pessoas).

A partir dos dados coletados na pesquisa podemos perceber que os sonhos para a cidade vão além de subjetividades, eles são pedidos, são gritos por justiça, por políticas públicas que proporcionem maior qualidade de vida.

Pensando nisso, é importante ressaltar a nossa luta por garantias de direitos e incidência política, quando percebemos que nosso território recebe recursos públicos de forma desigual, aprendemos a observar a cidade e a realidade das pessoas e os serviços públicos disponíveis ou não. Com isso criamos coragem para falar em espaços políticos que podem mudar a realidade da destinação de orçamento para a cidade.

Citações de falas de alguns adolescentes do projeto:

Meu nome é Davi, tenho 16 anos. Eu morava na Samambaia, mas mudei para a Estrutural em 2011. Em 2014 conheci o Coletivo da Cidade e comecei a participar de reuniões e rodas de conversa para debater sobre direitos humanos. Em 2016 entrei para o Comitê Consultivo de Criança e Adolescente CDCA (Conselho dos Direitos das Crianças e Adolescentes). Com esse projeto fizemos muito pela cidade. (Davi, 16 anos, participou do Comitê Consultivo entre os anos 2016 a 2018, hoje faz parte do CONANDA)

Eu mesmo. Eu não conhecia nada sobre política, mas a partir daqui eu conheço mais os meus direitos, eu posso intervir no que acontece no meu ambiente na minha comunidade. E eu penso que isso mudou a minha vida e pode mudar a vida de muitas outras pessoas. (Lucas, 15 anos)

Meu nome é Juliana, eu tenho 14 anos e moro na Cidade Estrutural. Eu aprendi com o Coletivo da Cidade mais sobre a nossa realidade, nossos direitos, e que na Estrutural não tem só o lado ruim, o lado que a maioria das pessoas vem. O lixão para muitos, as vezes e só um monte de lixo, mas é esse monte de lixo que sustenta muitas pessoas e só quem trabalha lá sabe disso. Sabe o quanto é difícil sem ele porque eles precisam dele e só eles sabem e que não precisa ver como um monte de lixo que tem que ter tirado. (Juliana, 14 anos)

Meu nome é Nathilon, tenho 14 anos, moro na Cidade Estrutural há 14 anos. Quando eu nasci meu já havia morrido, então cresci sem pai, a minha mãe tinha uma certa dificuldade para cuidar de mim, por estar sozinha, mas ela arrumou um trabalho e nos sustenta, meu irmão, minha irmã e eu. Em 2014, conheci o Coletivo da Cidade e no projeto OCA, já comecei a participar de muitos debates” (Nathilon, 14 anos)

Bom o Coletivo da Cidade foi um lugar surpreendente quando entrei conheci os direitos que eu não sabia que eu tinha. Aprendi várias coisas e principalmente conheci o projeto OCA. Fiquei sabendo e me interessei, primeiro conheci o que é um observatório de criança e adolescente, era um espaço para discutir sobre os nossos direitos. Um exemplo foi a revitalização de um beco que era muito sujo é que ganhou o nome Beco da Esperança” (Talita, 15 anos, participou do Comitê Consultivo do CDCA)

Considerações finais

Para dar mais qualidade à pesquisa “Identidade periférica”, foram realizados dois Saraus. O primeiro no dia 29/09/2017 às 18h no Coletivo da Cidade, com apresentações culturais e roda de conversa, em que estavam presentes o grupo de rap Quadrilha Intelectual, que abordou os temas “centro e periferia” e a cantora Tabata Lorena que abordou o tema “adolescência na periferia”. O sarau contou também com a participação da assessora política do INESC, Dyarley Viana, que falou sobre racismo e o cantor de rap e poeta Fernando Borges, morador da Santa Luzia (bairro dentro da Estrutural com infraestrutura precária), que falou sobre o tema “violência na periferia”. Estavam presentes também os educadores, educadoras e adolescentes do Coletivo da Cidade, adolescentes do projeto MJPOP da Santa Luzia, as famílias dos participantes e pessoas da comunidade.

O segundo Sarau foi realizado no dia 25/11/2017 às 9h da manhã no Coletivo da Cidade, como um momento de partilha e de agradecimento, assim como para uma devolutiva da pesquisa realizada. Os adolescentes do Coletivo

apresentam à comunidade o resultado da pesquisa “Identidade periférica” e celebraram coletivamente a finalização do trabalho.

Assim mostraram ser possível que as crianças, adolescentes e adultos ressignifiquem a sua história, convidando a sermos todos sujeitos melhores que ajudam a comunidade a ser cada vez mais comprometida com as mudanças. Ao fazer parte do território em que ficava o maior lixão da América Latina, percebemos várias demonstrações e diversos sentidos de educação, participação e protagonismo construída por crianças e adolescentes de uma região periférica de Brasília que nos convidam a ser cidadãos/as.

O curso de aperfeiçoamento “Educação, pobreza e desigualdade social” nos forneceu ferramentas teórica metodológicas para refletir sobre a realidade. Já tínhamos o conhecimento empírico das barreiras que a falta de acesso a políticas públicas em comunidades empobrecidas, enfraquece a possibilidade de garantia de direitos. Porém, o referencial teórico nos ajuda a entender melhor essa realidade e qualificar nossa intervenção sobre ela.

Esse processo de pesquisa não termina aqui, pelo contrário; só nos aponta possíveis caminhos para a construção de uma cidade diferente. Sim, vivemos em uma cidade de crianças, adolescentes e jovens; feminina, negra e periférica. Estamos nos desenvolvendo, conhecendo nossos desafios, nossos problemas, mas também conhecendo nossas potências e possibilidades; estabelecendo prioridades e plantando sementes de justiça social. Sementes que colheremos nesse mesmo chão que pisamos, mas acima de tudo, estamos plantando um compromisso com outro modelo de sociedade e de educação servindo como base, para uma coletividade mais justa, igualitária e fraterna.

Agradecimentos:

Educandos:

Ana Vitória Gusmão, 12 anos, Álvaro Santos, 13, Crislene Nascimento, 14, Davi Alves, 15, Danielle Marçal, 14, Estefany Rodrigues, 13, Estefany Moraes, 13, Grazielly Damasceno, 13, Harly Sousa, 18, Juliana Teixeira, 13, Laís Teixeira, 11, Letícia Pereira, 13, Lucas Vieira, 16, Maria Conceição, 13, Nagylla Nayhara, 13, Nathilon Nathan, 14, Paulo Bento, 13, Rafael Nascimento, 15, Raíssa Josino, 11, Raquel Santos, 14, Robson Portela, 15, Ruth Marques, 18, Samuel José Reis, 16, Suyane Carvalho, 14, Thiara França, 12, Tarmison da Silva, 14, Wellington Livino, 18, William Batista, 15, Wisley Souza, 12, Yago Riquelme, 16.

Equipe OCA e Coletivo da Cidade:

Fátima Lopes – Educadora

Walisson de Sousa – Educador

Jackeline Corrêa de Sousa: coordenação pedagógica

Diego Mendonça – Educomunicador

Dina Sousa: cozinha e organização do espaço

Lucilene Pereira de Sousa: cozinha e organização do espaço

Nalderi Alves de Lacerda: cozinha e organização do espaço

Welerson Pereira Miranda: coordenação institucional

Equipe Inesc:

Cleo Manhas

Dyarley Viana

Equipe de produção do Vídeo:

Direção: Abder Paz

Direção de fotografia: Farid Abdelnour

Roteiro: Abder Paz, Diego Mendonça e Eduardo Garcês Viana

Edição e Montagem: Eduardo Garcês Viana

Produção executiva: Farid Abdelnour

Filmagens: Abder Paz, Diego Mendonça e Farid Abdelnour

Trilha Sonora:

David Schombert – L' Eveil

Thabata Lorena – Planta / Alisar pra que / Farinhá / Aurora Cintilante

Agradecimentos:

Abder Paz

Andréia Crispim

Calimério Júnior

Daffiny Inis

Voluntári@s

Fernando Borges

Thabata Lorena

Quadrilha Intelectual

Direção do Coletivo da Cidade

Comunidade da Estrutural

INESC

União Europeia

Realização:

Coletivo da Cidade
Observatório da Criança e Adolescente (OCA)
Inesc

Financiamento:

União Europeia
Vídeo Identidade Periférica: <https://youtu.be/qM8FojOzsi4>

Referências

ALFARO, J. I (1993). Elementos para una definición de la Psicología Comunitaria. In R. M. Olave e L. Zambrano (Orgs). **Psicología Comunitaria y salud mental en Chile**. (pp. 14-31). Santiago: Ed. Universidad Diego Portales

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP 009/2001: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**.

CORTINA, Adela Orts. **O rechazo al pobre: um desafio para la democracia**. Paidós Espasa Libros, S.L.U, Barcelona, España, 2017. 185 p.

D'ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, 2013

_____. A liberdade da cidade. In: MARICATO. E. **Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomam as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

RIBEIRO, C.; PONTUAL, V. A Reforma Urbana nos primeiros anos da década de 1960. **Vitruvius**, São Paulo, ano 10, n. 109.07, jun. 2009. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.109/50>>. Acesso: 29 set. 2018

FILHO, Antonio E. GUZZO, Raquel S. L. Desigualdade social e pobreza: contexto de vida e de sobrevivência. Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, Brasil, **revista Sociologia & Sociedade**; 21 (1): 35-44, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MARTÍN-Baró, I. Las estructuras sociales y su impacto psicológico. In I. Martín-Baró (Ed), **Acción y ideología: Psicología social desde Centroamérica** (10ª ed.), (pp. 71-111). San Salvador: UCA Editores, 2000.

SILVA, Leni M. P. **Um estudo das estratégias de sobrevivência das famílias em extrema pobreza**. 2011.

SOARES, I. Educomunicação: um campo de mediações. **Comunicação & Educação**, n. 19, p. 12-24, 30 dez. 2000.

SOUZA, Jessé (Org.). **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2009.

ZULL, James. **The art of changing the brain: enriching the practice of teaching by exploring the biology of learning**. Sterling (UK): Stylus Publishing, 2002.

Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDAD) da Codeplan do DF